

O governo tropeça no novo poder

ESTADO DE SÃO PAULO

* 6 AGO 1989

Projetos do presidente
encalham entre o Planalto
desarticulado e a
Carta parlamentarista

MARA ZIRAVELLO

Enquanto o veto do Poder Executivo sobre a lei do salário mínimo era rejeitado pelo Congresso, o presidente José Sarney jantava na casa do amigo Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal. A indigesta notícia para o presidente chegou na hora da sobremesa. "Vocês são loucos", desabafou Sarney ao grupo de parlamentares do PFL encarregado de informar o resultado da votação: 319 contra e 31 a favor. Os mesmos números foram levados ao Palácio da Alvorada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte, do PMDB — no dia seguinte.

No Brasil, onde o regime presidencialista está sustentado por uma Constituição de índole parlamentarista, o governo se transformou num arquipélago antes de ter criado uma ligação eficiente entre as ilhas. "Como não existe articulação política em nome do Executivo, existe um corpo flutuante, que é o Congresso", analisa o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Desde a promulgação da nova Carta em outubro do ano passado, Sarney já afogou o Congresso em 76 medidas provisórias, das quais 21 naufragaram perdendo a eficácia por falta de discussão com as lideranças dos partidos. Outras 12 não tiveram fôlego de chegar até o fim sendo prejudicadas por tantas emendas, 5 encalharam no Alvorada rejeitadas pela Câmara e uma ancorou ao ser simplesmente devolvida para o Executivo. Apenas 34, menos da metade, foram convertidas em lei.

"O Ponte tem sido um obstinado ao tentar convencer as lideranças do conteúdo das matérias do governo", garante o

deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL). Esta opinião sobre o líder do governo é unânime. "Ele tem se esforçado bastante", afirma o deputado Geraldo Alckmin (PSDB). O problema, na maioria das vezes, é o choque de lideranças, em especial entre o líder do governo e o líder do partido na mesma casa, Ibsen Pinheiro, ambos do PMDB.

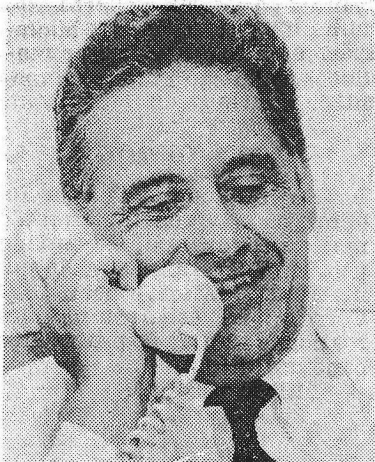
DESENCONTROS

Na votação da lei que vinculava o salário mínimo à Previdência Social, por exemplo, Ibsen Pinheiro encaminhou a favor num inflamado discurso no plenário da Câmara. No mesmo microfone, Luís Roberto Ponte encaminhou contra. "A

vinculação foi aprovada em clima de grande festa", lembra o líder do PFL, José Lourenço, que votou pelo veto do presidente Sarney e recebeu uma sonora vaia dos parlamentares presentes.

Ninguém desmente, pelos corredores do Congresso, que Ibsen Pinheiro não aceitaria a participação da Luís Roberto Ponte nas reuniões de lideranças. Nas vésperas da votação da medida provisória número 63 (ainda a que desvinculava o salário mínimo da Previdência Social), levada a plenária dia 27 de julho, Ponte expôs rapidamente a visão do governo e se retirou. Os outros líderes sugeriram chamá-lo de volta, mas o líder do PMDB considerou sua presença disponível.

A transferência de alguns poderes do Executivo para o Legislativo deixou o governo a ver navios. Na Constituição anterior, os parlamentares precisavam de muitos votos para derubar um veto. Pela atual, o governo é que precisa de maior número para mantê-lo. Articulação política, entre os dois poderes, foi uma expressão muito usada e pouco praticada durante o mandato de José Sarney. "Nunca houve articulação da Casa Civil ou do Ministério da Justiça com o Congresso", recorda-se o senador Fernando Henrique ao comentar seus tempos de liderança do PMDB.



André Dusek/AE - 10/3/89

Cardoso: "corpo flutuante"



André Dusek/AE

Lourenço: "Clima de festa"